

A BIBLIOTERAPIA COMO UMA FERRAMENTA DE INCLUSÃO

Iris Cristina Santos da Silva Lopes¹

RESUMO

A biblioterapia é uma atividade que envolve as áreas de Biblioteconomia e, Psicologia e pode ser uma ferramenta positiva de inclusão na Educação Especial porque propõe a usuários e leitores uma isonomia em relação ao acesso às informações e aos espaços de leituras, bibliotecas, etc. Para a contextualização dessa atividade, tornam-se essenciais a interdisciplinaridade, a criatividade, a legalidade, a acessibilidade local e de informação, visando à troca de informações entre pares dentro das instituições e à acessibilidade comunicacional.

Palavras-chave: Biblioterapia. Educação Especial Inclusiva. Biblioteconomia.

INTRODUÇÃO

A biblioterapia é uma ferramenta que vai além do que compreendemos como uma seleção de livros, por pressupor como finalidade uma função terapêutica. Ao avaliarmos a biblioterapia como uma atividade, percebemos que seu propósito é uma completude em relação à inclusão especial para pessoas deficientes; por isso, a entendemos também como inclusão social, sendo necessária a interdisciplinaridade (Biblioteconomia, Psicologia, Pedagogia, etc) para a exequibilidade da atividade.

¹Graduação em Biblioteconomia. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente do CMRJ. E-mail: irisbiblio@gmail.com.

Ao tratarmos de interdisciplinaridade, percebemos que a contextualização encontra-se inserida na Biblioteconomia, uma área interdisciplinar e multidisciplinar do conhecimento que analisa as práticas, as perspectivas e as aplicações de metodologias de representação e gestão da informação e do conhecimento em diferentes ambientes de informação que utilizam diversos suportes de informação em bibliotecas, centros de documentação e centros de pesquisa.

O bibliotecário é o profissional que trata dessas informações, direcionando-as para um determinado público. A avaliação do perfil dos usuários é crucial para a biblioteconomia, por se identificarem e se traçarem metas para o cumprimento da função de cada biblioteca, o que gera o reconhecimento do “ser”, pontuando as missões de cada uma.

Percebe-se que, dentre as atribuições desses profissionais, emerge a necessidade de equidade de informação expressa aos seus usuários, conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Essa lei prevê, no que tange à biblioteca, novas aquisições de livros em suporte informacional adequado para portadores de necessidades especiais, modificando o cenário de aquisição da Biblioteconomia, o que gera, ainda, novos aperfeiçoamentos dos profissionais da área de informação, assim como criatividade e incentivo à leitura, modalidades de acesso à informação e interação comunicacional entre usuários, bibliotecários e funcionários.

NOVOS PARADIGMAS DA BIBLIOTECONOMIA EM RELAÇÃO AO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

A Biblioteconomia é uma ciência que realiza a gestão das informações e tem como pilares conceituais cinco leis, expressas pelo indiano Shiyali Ramamritam e que vigoram até os dias atuais. O pensador define como primeira lei o fato de os livros serem escritos para serem lidos; a segunda lei diz que todo leitor; tem seu livro; a terceira lei destaca que todo livro tem seu leitor, a quarta lei, por sua vez,

exprime que se deve poupar o tempo do leitor; e, por fim, a quinta lei aponta que a biblioteca é um organismo em crescimento.

Nessa conjuntura, compreende-se que um dos novos paradigmas da Biblioteconomia é dar aos seus leitores acesso às informações em diferentes suportes (livro físico, audiobooks, etc.), cumprindo a finalidade dessa ciência cuja função é social, promovendo, também, o incentivo à leitura para uma pluralidade de usuários.

Uma dessas técnicas de motivação é a biblioterapia, considerada uma “arte”, “o cuidar do ser”. Caldin (2010) a conceitua como uma terapia por meio da leitura, que envolve a narração de histórias e a dramatização, possibilitando a criatividade do contador, do ator, do cenário e a da imaginação do mensageiro.

Quanto à educação especial inclusiva, entende-se que no Brasil existem realidades diversas, as quais constituem um desafio para a sociedade na área educacional. Para traçar objetivos, é necessário o aperfeiçoamento dos profissionais que exercem suas atividades em ambientes nos quais existem pessoas com deficiência motora e/ou intelectual.

Ainda nessa abordagem, a educação inclusiva tem por finalidade buscar estratégias para que as pessoas com diferenças (sejam físicas ou intelectuais) possam ter acesso à educação e à informação, não permitindo que isso ocorra de forma isolada, separada. Para isso aconteça, é necessário promover práticas educativas com eficiência, desenvolvendo o princípio da igualdade, conforme previsão na Constituição Federal Brasileira (1988).

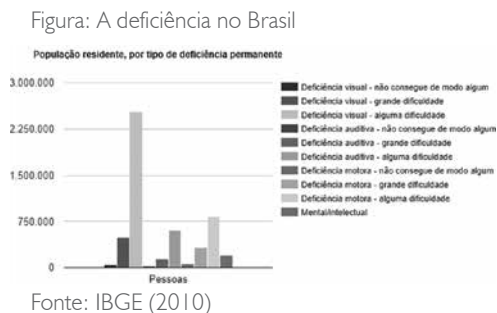
Para Carneiro (2009), quanto maior a convivência sem discriminação, maior a inclusão e maior o relacionamento entre indivíduos diferentes, construindo-se, assim, trocas; dessa forma, todos saem ganhando: pela convivência entre as diferenças e pelas transformações da sociedade em busca da realização de todos.

Relacionando biblioterapia e inclusão, nota-se que são de grande valia os resultados alcançados, como, por exemplo, o desenvolvimento cognitivo, a interação entre os membros envolvidos na leitura dirigida, que acompanha

a discussão em grupos, possibilitando a troca de experiências e valores, a compreensão do outro, etc.

Pereira (1996) informa que as primeiras experiências em biblioterapia foram feitas por médicos norte-americanos entre 1802 e 1853, indicando que uma das melhores receitas para seus pacientes era a leitura de livros escolhidos e adaptados às necessidades individuais.

Analisando-se o número de deficientes no Brasil, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), infere-se que os deficientes visuais constituem maior índice no país, conforme a figura a seguir:



Para esse grupo, a realização dessa atividade terapêutica, seja no ambiente escolar, empresarial, ou social, possibilita melhorias nas condições psicológicas, educacionais e sociais do deficiente visual.

Segundo Marcinko (1989), o trabalho da biblioterapia não se restringe a um tipo único de tratamento; sua aplicação é tanto preventiva quanto corretiva, podendo ser, então, classificada em três tipos: institucional, clínica e desenvolvimental.

Com a exemplificação de trabalhos de leitura para pessoas deficientes visuais, nota-se que o desenvolvimento é favorável para o conhecimento dos que são considerados deficientes e para os que têm visão considerada normal, cumprindo-se a finalidade de reconhecimento, entendimento e convívio com o outro e sua necessidade de inclusão em uma instituição.

Alice Bryan (apud SHRODES, 1949) define biblioterapia como uma prescrição de materiais de leitura que auxiliam a desenvolver maturidade e saúde mental, cumprindo objetivos como: apresentar mais de uma solução para o problema(s) do leitor; auxiliar o leitor a verificar suas emoções em relação ao outro; encorajar, fazendo com que sejam compreendidas as situações de forma realista ao conduzir alguma ação.

A autora justifica que toda criança deve ser vista como um todo e educada emocional e intelectualmente, pois os indivíduos são personalidades integradas. Sendo assim, conseqüente à ação de leitura coletiva, com tratativas de isonomia aos acessos às informações, ocorre um processo satisfatório para todos os leitores e biblioterapeutas, resultando em desempenho previsto na segunda lei da Biblioteconomia: "Todo leitor tem seu livro"; isto é, o bibliotecário deve fazer o estudo dos usuários/leitores observando a clientela para o cumprimento de uma atividade que recomenda a indicação do livro certo para o momento certo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, identifica-se a existência de novos paradigmas relacionados à educação especial inclusiva no ambiente de bibliotecas, utilizando a biblioterapia como uma ferramenta de inclusão de usuários/leitores, ressaltando afirmativas de que os impossibilitados possuem o direito de participar plenamente da vida e do desenvolvimento da sociedade à qual pertencem. Fica expresso que é dever do bibliotecário utilizar meios de inclusão e propiciar acesso à informação em variados suportes de informação de acordo com a necessidade de cada pessoa com deficiência, oportunizando melhorias no que se compreende de dimensão atitudinal nas mais variadas instituições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CALDIN, C. F. **Um cuidado com o ser**. São Paulo: Porto das Ideias, 2010.

CARNEIRO, Rosane *et al.* **Transversalidade e inclusão: desafios para o educador**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009. (Série Didática para Educação Profissional)

FERREIRA, Danielle Thiago. **Biblioterapia: uma prática para o desenvolvimento pessoal**. ETD - Educação Temática Digital, v. 4, n. 2, p. 36, 2003.

MARCINKO, Stephanie. **Bibliotherapy: practical applications with disabled individuals**. I Current Studies in Librarianship, v. 13, n. 1/2, p. 1-5, 1989.

ORSINI, Maria Stella. **O uso da literatura para fins terapêuticos: Biblioterapia**. Comunicações e Artes, 1982.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. **Biblioterapia**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

SHRODES, Caroline. **Bibliotherapy: a theoretical and clinical-experimental study**. 1949. 344 f. Dissertation (Doctor of Philosophy in Education) – University of California, Berkeley.